



Relatório da Administração - Exercício de 2024

ANS - nº 418072

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Ss. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGRADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com um lucro líquido de R\$ 8,9 milhões, registrando um decréscimo de 40,6% em relação ao exercício anterior de 2023. Esse resultado é justificado pela decisão da Administração de suspender novas vendas, gerando um impacto direto no resultado operacional da Companhia. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 156,9 milhões, enquanto as aplicações financeiras atingiram R\$ 160,6 milhões e as provisões técnicas R\$ 4,5 milhões.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e, posteriormente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, o caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia. A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGRADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos clientes, objetivo principal do nosso trabalho. Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 25 de fevereiro de 2025
A Administração

Balanco patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		59.314	48.658	PASSIVO CIRCULANTE		13.443	9.239
Disponível		5	48	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	1.669	442
Realizável		59.309	48.610	Provisões de prêmios		1.424	40
Aplicações financeiras	4	50.083	41.247	Provisão de prêmio não ganho - PPNG		20	40
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	16.164	Provisão de insuficiência de prêmios		1.404	-
Aplicações livres		50.083	25.083	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores		20	102
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		204	33	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		225	300
Prêmios a receber	5	181	33	Débitos de operações de assistência à saúde		5	5
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		23	-	Comercialização sobre operações		5	5
Créditos tributários e previdenciários	6	7.428	6.983	Tributos e encargos sociais a reconhecer		1.576	1.176
Bens e títulos a receber		1.594	347	Débitos diversos	9	10.193	7.615
ATIVO NÃO CIRCULANTE		116.157	122.914	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.078	6.561
Realizável a longo prazo		116.149	122.849	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	2.868	3.228
Aplicações financeiras	4	110.514	120.662	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		2.868	3.228
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		6.665	-	Provisões		2.210	3.333
Aplicações livres		103.849	120.662	Provisões para tributos diferidos	6	-	588
Créditos tributários e previdenciários	6	4.841	242	Provisões para ações judiciais	10	2.210	2.745
Depósitos Judiciais e fiscais	11	794	1.945	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	156.950	155.772
Imobilizado		8	65	Capital social		192.000	192.000
Imobilizado de uso próprio		5	61	Ajustes de avaliação patrimonial		(6.897)	786
Imobilizado - não hospitalares		5	61	Prejuízos acumulados		(28.153)	(37.014)
Outras imobilizações		3	4	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		175.471	171.572
TOTAL DO ATIVO		175.471	171.572				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	192.000	(51.938)	140.171	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	677	-	677
Lucro líquido do exercício	-	-	14.924	14.924
Saldo em 31 de dezembro de 2023	192.000	786	(37.014)	155.772
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(7.683)	-	(7.683)
Lucro líquido do exercício	-	-	8.861	8.861
Saldo em 31 de dezembro de 2024	192.000	(6.897)	(28.153)	156.950

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês *CNP Assurances* e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para os beneficiários que permanecem ativos na carteira.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações posteriores. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.13.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Disponíveis

A Companhia considera como disponíveis os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments* em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa nº 472, de setembro de 2021. Em conformidade com as normas, a Companhia adotou um modelo de negócio específico para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Esta abordagem direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48/IFRS 9, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Os ativos financeiros são não reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros esperados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito, a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

2.4.2. Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições administradoras desses fundos.

2.5. Classificação de contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos de seguros emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem o risco de sinistro para o segurado, sendo definido o risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado, na ocorrência de um acontecimento específico que possa afetá-lo de forma adversa.

2.6. Impairment

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se os prejuízos da Companhia se enquadrarem nas seguintes condições:

- Resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma queda de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectiva, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nestas abordagens as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:

- Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
- Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras);
- Estágio III: todas operações em inadimplência *default*. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

As principais fontes de dados são informações de crédito de diversos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, ou seja, a Companhia avaliou que não há

risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada reconhecida.

2.6.2. Prêmios a receber

A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores. Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6.3. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.; ii) equipamentos de informática - 20%, e benfeitoria em imóveis de terceiros - 20% a.a..

2.8. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. A Provisão para Sinistros a Ocorrer e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada a partir da média da PEONA observada em períodos já desenvolvidos, com observações de 8 meses. A Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 574/2023 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmio (PIP) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações. A PIP é constituída para compensar as despesas futuras que, por estimativa, devem superar a receita futura dos contratos ativos, baseado na experiência dos últimos 12 ou 24 meses, o que for menor.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certa a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa. A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. Os passivos contingentes classificados com o risco possível de perda não são contabilizados, porém apenas divulgados em notas explicativas, exceto os passivos contingentes civis relacionados a sinistros que são provisionados conforme política da Companhia.

Os 11 processos, cuja exatidão está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação e/ou decisão judicial.

2.10. Apuração do resultado

Os resultados relativos aos prêmios de seguros são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco, de acordo com a vigência de cada contrato. As despesas com sinistros são reconhecidas por ocasião da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos. As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado), ganhos na alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes (VJORA) mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. A maioria das receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

a. **Provisões para imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferido, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As participações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

2.12. Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Resumo das Políticas Contábeis Materiais (2024; Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.13. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;

Notas 2.4 e 4 - Instrumentos financeiros; e

Notas 2.6 e 10 - Depósitos judiciais, provisões para ações judiciais.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio líquido.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. A Diretoria de Riscos foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro das unidades de negócios/afilias e áreas centralizadas;
- Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco da Companhia;

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		(826)	6.774
Receitas com operações de assistência à saúde		(826)	6.774
Prêmios retidos	14.a	578	577
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.404)	6.197
Sinistros retidos		(469)	3.808
Sinistros avisados de operação de assistência à saúde	14.b	544	3.096
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	14.c	75	712
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(1.295)	10.582
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	14.d	28	336
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(24)	(38)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde			



CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. CNPJ: 13.223.975/0001-20

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

* continuação

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações de assistência à saúde e provisões técnicas de assistência à saúde. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

3.4. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

Table showing the composition of assets with columns for BB, Sem rating, Total, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

3.5. Risco de mercado

3.5.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como o risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos desdobramentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

3.5.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o Value-at-risk (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
Nível de confiança de 99%;
Horizonte temporal de um dia; e
Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O Value at Risk da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.379 (31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135).

4. Instrumentos financeiros

4.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

Table showing the hierarchy of assets with columns for Hierarquia a valor justo, Até 1 ano, Entre 1 e 5 anos, Sem vencimento, Valor de curva, Valor justo, Ajuste ao valor justo, Valor de mercado, % de mercado, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

4.2. Movimentação das aplicações

Table showing the movement of applications with columns for 31/12/2023, Aplicações, Resgates, Ajuste e valor justo, Rendimentos, and 31/12/2024.

5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde

5.1. Prêmio a receber

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

Table showing premium receivables with columns for Prêmio a receber, PDD, Total, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

Table showing the movement of premiums with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Saldo inicial, Prêmios emitidos, IOF, Prêmios cancelados, Recebimentos, Constituição/(reversão) de provisão para perda, and Saldo final.

5.3. Faixas de vencimento

Table showing premium maturities with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Prêmios a vencer, Prêmios vencidos, and Total.

6. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

A composição dos créditos tributários está distribuída da seguinte forma:

Table showing tax and social security credits with columns for 01/01/2023, IR/CS, Outros tributos, 31/12/2023, IR/CS, Outros tributos, 31/12/2024, and Total.

7. Créditos fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.28 da Resolução Normativa 528/22 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

Table showing unrecognized tax credits with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Adições temporárias, Prejuízo fiscal, and Total.

8. Provisões técnicas

A Companhia opera com os produtos Saúde Empresarial e coletivo por adesão, a seguir apresentamos as provisões técnicas:

Table showing technical provisions with columns for Provisão para sinistros a liquidar, Provisão para eventos ocorridos e não avisados, Provisão insuficiência de prêmios, Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha, and Total.

8.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas pode ser resumida como segue:

Table showing the movement of technical provisions with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Saldo em 01/01/2023, Constituições/Aviamentos, Pagamento de sinistros, Ajuste de estimativa de sinistros, Reversões, Saldo em 01/01/2024, Constituições/Aviamentos, Pagamento de sinistros/benefícios, Ajuste de estimativa de sinistros, Reversões, and Saldo em 31/12/2024.

9. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

Table showing various debits with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Obrigações com pessoal a pagar, Depósito de terceiros, Ressarcimento de custos a pagar, Provisão para indenizações, Outras contas a pagar, and Total.

(i) Valor a pagar a Caixa Seguradora relativo ao compartilhamento de custos;

(ii) Valor provisionado para pagamento de acordos e indenizações.

10. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

10.1. Composição

Table showing judicial deposits and provisions with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Contingências cíveis, Contingências trabalhista, Outras obrigações, and Totais.

As provisões judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas à Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; Restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

O saldo de outras obrigações se refere, substancialmente, a provisões judiciais administrativas, conforme descrito na nota 15.e.

10.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Table showing segregation by probability of loss with columns for Quantidade, Remota, Possível, Provável, Total, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

10.3. Movimentação

A movimentação das provisões judiciais pode ser resumida como segue:

Table showing the movement of judicial provisions with columns for Saldo 31/12/2023, Adições, Reversões, Baixas, Atualizações, and Saldo 31/12/2024.

11. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 192.000, e está representado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

12. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

Em atendimento à Resolução Normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição do PLA e do capital regulatório:

Table showing adjusted equity and regulatory capital with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Patrimônio líquido ajustado, Patrimônio líquido ajustado (PLA), Capital baseado em Risco, Capital de riscos, and Provisões técnicas/ativos garantidores.

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória. Os ativos dados em garantias as referidas provisões técnicas são registradas em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

Apresentamos a seguir a composição:

Table showing the composition of technical provisions with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Provisão Técnica, PEONA 100%, P/C, PPCNG, PSL, PSL - Maior que 30 Dias, PSL - Menor que 30 Dias, Total das provisões técnicas, Total líquido das provisões a vincular, Total ativos garantidores vinculados, Suficiência/insuficiência de vinculação, and Total.

13. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. com as partes relacionadas e seus respectivos resultados dos exercícios de 2023 e 2024 são apresentados abaixo:

Table showing transactions with related parties with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Ativos, Despesa, Receita, and Despesa.

(i) Empresas relacionadas: CNP Consórcios S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., Caixa Seguradora S.A., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., Companhia de Seguros Previdência do Sul e Caixa Econômica Federal;

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 38 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 36).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

14. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

Table showing the breakdown of the income statement with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including a) Receitas com operações de assistência à saúde, b) Eventos conhecidos ou avisados, c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, d) Outras receitas e despesas operacionais, e) Despesas de comercialização, f) Despesas administrativas, g) Resultado financeiro líquido, and h) Imposto de renda e contribuição social.

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

Table showing the reconciliation of nominal and effective tax rates with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Contribuição Social, Imposto de Renda, Resultado antes dos tributos e após participações, Base de cálculo, Taxa efetiva, Tributos calculado a taxa nominal, Ajustes do lucro real, Total dos ajustes a base de cálculo, Tributos sobre os ajustes, Incentivos fiscais, Despesa contabilizada, and Taxa efetiva.

(i) Eleito dos créditos de prejuízo fiscal, que não são constituídos.

16. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para os admitidos até 31 de dezembro de 2020, os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento, para os admitidos a partir de janeiro de 2021, a contribuição dos patrocinadores ocorre de forma paritária, na proporção 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Conforme deliberação da Administração, a partir de 1º de janeiro de 2025, para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no plano de previdência Previnvest será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 68 (2023 - R\$ 91).

17. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

Table showing the reconciliation of net income with operating activities with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Lucro líquido do exercício, Ajustes para: Depreciação e amortizações, Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível, Variação nas contas patrimoniais: Ativos financeiros, Créditos das operações de seguros e resseguros, Créditos fiscais e previdenciários, Depósitos judiciais e fiscais, Outros ativos, Impostos e contribuições, Outras contas a pagar, Depósitos de terceiros, Provisões técnicas - seguros e resseguros, Provisões para contingências, Outros passivos, Caixa gerado pelas operações, Juros recebidos, Imposto sobre o lucro pagos, Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais.

Conselho de Administração

Table listing the members of the Board of Administration: Sany de Jesus Mota Silveira (Presidente), Marco Antonio Barbosa Pires, Hebert Luiz Gomide Filho.

Diretoria Executiva

Table listing the members of the Executive Directorate: Marco Antonio Barbosa Pires (Diretor Presidente), Leticia de Oliveira Doherty (Diretora Superintendente).

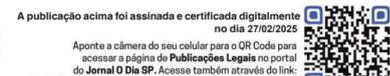
Atuário

Table listing the Actuary: Andrés Marco Botalla (Atuário MIBA nº 3663).

Contadora

Table listing the Accountant: Roseli de Fatima Bernardi Theobald (Contadora CRC DF 014844/O-0).

continua ->





CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

* continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP - 246031/O-8



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/C007-34B1-B71E-C59C> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C007-34B1-B71E-C59C



Hash do Documento

060D79309628A02DE870C0331EDBE62BE4DE7E9A010D2DC03D5A73F42856DC7B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 27/02/2025 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

